

SESSÕES DO PLENÁRIO

36ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 24 de maio de 2018.

PRESIDENTE: DEPUTADA MARIA DEL CARMEN LULA (AD HOC)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula):- Invocando a proteção de Deus declaro aberta a presente sessão especial em homenagem aos 10 anos do Conselho Estadual das Cidades da Bahia - o ConCidades/Ba, proposta por esta deputada que vos fala.

Convido para compor a Mesa o Sr. Secretário de Desenvolvimento Urbano e presidente do Conselho Estadual das Cidades, Ademilton Barbosa, representando o governador do estado, Rui Costa; o Sr. ex-Ministro e ex-Governador Jaques Wagner; o Sr. Deputado Federal Afonso Florence; o Sr. Deputado Federal Nelson Pelegrino; a Sr.^a Procuradora, Maria Angélica dos Santos Rodrigues, representante do procurador-geral do estado Paulo Moreno Carvalho; o Sr. Prof. Leandro Santos Coelho de Souza, representante do reitor da Uneb, professor José Bites de Carvalho; o Sr. Conselheiro Substituto, Ronaldo Nascimento de Santana, representante do presidente do Tribunal de Contas dos Municípios, conselheiro Francisco Netto; e agora representando os nossos conselheiros a quem esta sessão é dirigida principalmente, a Sr.^a Representante do Movimento Popular e Social, do ConCidades/Ba, Marli Carrara; a Sr.^a Conselheira do Segmento Empresarial do ConCidades/Ba, Lucy Maria Marques de Carvalho; a Sr.^a Representante do Segmento Profissional de Entidades Acadêmicas e de Pesquisa do ConCidades/Ba, Fátima Vidal. (Palmas)

(A deputada Maria del Carmen Lula assume a tribuna.)

A Sr.^a MARIA DEL CARMEN LULA:- Boa tarde para todas e para todos, saudar a cada um e cada uma de vocês que aqui estão nesta tarde, de forma muito especial às nossas conselheiras e conselheiros que aqui vieram nesta tarde para participar desta comemoração dos 10 anos do ConCidades; saudar aqui o nosso, com certeza, ex-governador – para nós sempre governador da Bahia – Jaques Wagner, nosso ex-ministro; quem sabe o futuro com certeza vai reservar outras coisas daqui a pouco tempo; saúdo o representante do governador do estado, Rui Costa, o nosso secretário Demir Barbosa, que é presidente do Conselho Estadual das Cidades. (Palmas)

Em nome do deputado Afonso Florence, que foi o primeiro presidente do Conselho Estadual das Cidades e do deputado Nelson Pelegrino, sintam-se convidados os demais representantes. Cumprimentando de forma muito especial as

nossas três conselheiras que aqui representam a todos e a todas: nossas companheiras Fátima Vidal, Marli Carrara e Lucy Carvalho. A Mesa está bastante equilibrada hoje.

Estou bastante emocionada por participar do Conselho Nacional, do qual eu tive a oportunidade de fazer parte desde o início da criação, naquela época como vereadora de Salvador. Acho que esse é o sonho de todos os movimentos sociais, a garantia de ter espaço de participação, espaço de debate, de poder interferir, apresentar, propor, acompanhar e fiscalizar as políticas-públicas de todas as áreas, mas de forma muito especial, essa que nós militamos, que é a do desenvolvimento urbano.

(Lê) “Eu vou me dirigir, de forma muito especial, às conselheiras e aos conselheiros do Conselho das Cidades que nesse Conselho representam os seus territórios e as cidades, que representam as suas entidades e segmentos. Que representam as suas histórias e as lutas pela melhoria de todas as cidades no estado da Bahia.

Estamos aqui para homenagear essa importante instância de participação institucional que tantos de nós lutamos para que fosse criada, e tantos de nós continuamos a lutar para que permaneça existindo.

E foi por essa razão, e com orgulho e senso de responsabilidade, que propusemos a esta Casa, a Assembleia Legislativa da Bahia, esta sessão especial em comemoração aos 10 anos do Conselho Estadual das Cidades da Bahia (ConCidades/BA).

A criação dos Conselhos das Cidades, e da política urbana brasileira, vêm, da luta histórica do Movimento Nacional pela Reforma Urbana no Brasil.

Parafraseando o professor Nelson Saule Jr., na década de 80 que dizia: O Movimento Nacional pela Reforma Urbana apresentou o conceito da reforma urbana como uma nova ética social, que condena a cidade como fonte de lucros para poucos em troca da pobreza de muitos. A crítica e a denúncia, portanto, do quadro de desigualdade social, considerando a dualidade vivida em uma mesma cidade: a cidade dos ricos e a cidade dos pobres; a cidade legal e a cidade ilegal. Essas cidades, essas duas, três ou quatro cidades.

Condenam a exclusão da maior parte dos habitantes da cidade determinada pela lógica da segregação espacial; pela cidade mercadoria; pela mercantilização do solo urbano e da valorização imobiliária; pela apropriação privada dos investimentos públicos em moradia, em transportes públicos, em equipamentos urbanos e em serviços públicos em geral.

Com isso, se inaugura no país um projeto que reivindicava uma nova cidade e que propunha a quebra dos privilégios de acesso aos espaços das cidades. Configurou-se uma politização que vai além da questão urbana porque se estende para o âmbito da justiça social e da igualdade. Tem como centro nodal a questão da participação democrática na gestão das cidades, tão discriminada pela lógica excludente dos planos tecnocráticos dos anos de 1960 e 1970, apoiados apenas em saberes técnicos, dos quais a população era considerada incapaz de saber, agir e decidir.”

Eu me lembro, nesse saber agir e decidir, ainda recém-formada e iniciando o processo como engenheira, de estar num determinado dia com meu chefe, na ocasião, como profissional, um engenheiro também, e a gente ia apresentar um projeto aqui em Salvador para a população. Alguém que estava na reunião iniciou a discussão, começou a questionar o projeto que estava sendo apresentado. E aquele que me chefiava naquela ocasião perguntou para a pessoa: “Você é engenheiro?”, e a pessoa disse: “Claro que não sou, eu sou um membro da comunidade”; “Então, se você não é engenheiro, você é palpiteiro, e como palpiteiro você não tem espaço para opinar.”

Aquilo marcou minha vida de forma muito clara, e era um absurdo que a gente não estivesse dando espaço para a população que, em última instância, é quem vai receber o serviço, é quem vai utilizar esses serviços, e que ela não tivesse capacidade de poder...

(A Sr.^a Marli fala fora do microfone.)

A Sr.^a MARIA DEL CARMEN LULA:- Exatamente, Marli, a capacidade. Isso fez com que eu mudasse um pouco, inclusive, o meu perfil de trabalho, para buscar uma outra área, um outro momento de trabalho.

(Lê) “Dessa discussão surge uma proposta de emenda popular na Constituinte, que originou o Estatuto das Cidades, escrita pelo Movimento Nacional pela Reforma Urbana, que contou com a participação de seis entidades nacionais, e é importante que a gente aqui as relembre: Articulação Nacional do Solo Urbano (ANSUR); Federação Nacional dos Arquitetos (FNA); Federação Nacional dos Engenheiros; Coordenação Nacional das Associações de Mutuários do BNH; Movimento em Defesa do Favelado, que já teve um trabalho tão importante na nossa cidade, e que já não mais existe; Instituto dos Arquitetos do Brasil; E ainda o apoio de 48 entidades estaduais e locais.

Foram muitos os avanços conquistados nessa época, como: A afirmação e o efetivo estabelecimento da autonomia municipal e a ampliação da participação da população na gestão das cidades; outras formas de participação direta como os conselhos, as conferências, os fóruns, as audiências públicas.

Garantia-se, assim, a participação da população na elaboração do Plano Diretor – principal instrumento de planejamento urbano dos municípios (SAULE Jr., 2009).

E foi através desse Movimento Nacional, da luta de tantas companheiras e companheiros, como o nosso saudoso Zezéu Ribeiro a quem peço uma salva de palmas, que hoje podemos contar com essa importante instância de participação que é o Conselho Estadual das Cidades da Bahia.

Nosso ConCidades/Ba foi criado em 2007 através da Lei nº 10.704/2007, e empossado em 2008, na gestão do nosso ex-governador, ex-ministro aqui presente entre nós, Jaques Wagner. Se constitui como um espaço da cogestão das políticas públicas, onde o poder é partilhado entre representantes do governo e da sociedade civil, majoritariamente, e todos assumem a tarefa de propor, negociar, decidir, implantar e fiscalizar a realização do interesse público no que se refere a política urbana no estado da Bahia. Na busca contínua pelo desenvolvimento socioespacial o ConCidades/Ba tem por finalidade estudar, propor e fiscalizar as diretrizes para a

formulação e implementação da Política Pública de Desenvolvimento Urbano e de Saneamento Ambiental do estado da Bahia, bem como acompanhar e avaliar a sua execução.

Assumindo o importante papel de ser espaço para participação e controle social, ao longo desses 10 (dez) anos e continuou por demais presidentes que assumiram esse Conselho, o ConCidades/Ba, foi palco e condicionante de importantes debates e ações.

Atualmente, através de 124 representantes, entre conselheiros titulares e conselheiros suplentes, o Conselho conta com quatro Câmaras Técnicas que discutem e propõem ações nos eixos de Habitação, Mobilidade, Gestão Territorial e Saneamento.

Podemos destacar, ao longo de sua trajetória, a realização de seis Conferências Estaduais da Cidade, a participação na elaboração da Política Estadual de Resíduos, as importantes ações voltadas a habitação de interesse social, as definições dos critérios de beneficiamento do programa Minha Casa, Minha Vida, entre tantas outras que foram construídas com a dedicação, com a participação, com a dedicação de todos os conselheiros e conselheiras que por esse conselho já passaram durante esse período.

Podemos apontar também a importância que esse Conselho assume através da representação de todo o Estado. Em cada pleno, em cada atividade, está ali, e hoje aqui na Assembleia Legislativa, um retrato da Bahia, está ali e aqui toda diversidade de pensamento, de opinião, de regiões e de cidades diferentes desse nosso estado.

Precisamos refletir e considerar que a grande maioria do povo brasileiro vive em cidades, e é direito nosso, garantido pela Constituição Federal, vivermos em cidades equilibradas, salubres, que nos ofereçam condições físicas, sociais, econômicas e ambientais de pleno desenvolvimento humano.

Inclusive, para ratificar a importância dessa reflexão, o ConCidades/Ba, em parceria com a Comissão Especial de Desenvolvimento Urbano da ALBA, a qual presido, e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), lançaremos o livro ‘10 anos de ConCidades’: avaliando a experiência de construção democrática das Políticas Urbanas.”

Então já está garantido e assegurado o nosso livro que vai marcar os 10 anos do Conselho. (Palmas)

(Lê) “A obra vai reunir diversos artigos sobre os movimentos sociais e seus conselhos, representado por diversos órgãos e segmentos sociais. O livro contará com o acervo de imagens dos encontros e das conferências das cidades, relatos de ex-conselheiros e representantes do ConCidades e da Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Sedur), análise sobre os avanços desde a sua instalação e uma leitura crítica sobre os contextos enfrentados, contando a trajetória do conselho.”

E, aqui, quero homenagear Micau, a nossa secretária do conselho, pois, durante esses 10 anos, sempre se esforçou (Palmas) e sempre buscou dar o melhor de si para o conselho funcionar de forma adequada.

Parabéns, Micau, pelo seu trabalho.

(Lê) “Comemoramos, durante este ano, os 50 anos do livro *O Direito à Cidade*, de Henri Lefebvre. Esta questão do direito à cidade nos instiga, a nós cidadãs e cidadãos, aos princípios sociais de planejamento para alcançarmos, cada vez mais, cidades justas e igualitárias. Ter direito à cidade é ter direito a uma vida de qualidade na cidade e é responsabilidade da gestão pública, com plena participação de seus habitantes, conselheiros e conselheiras, promover esta justiça urbana.

Com isso, esta sessão especial tem como principal objetivo homenagear esta instituição de gestão democrática da política urbana, além de nos fazer refletir sobre a importância da participação na formulação das políticas públicas sobre as lutas pela garantia do direito à cidade e contra a perda e o desmonte dos direitos sociais.

Se observarmos os últimos 15 anos, experimentamos, no Brasil, através dos governos Lula e Dilma, na Bahia, com os governos Jaques Wagner e Rui Costa, uma revolução na forma de pensarmos as cidades baianas e brasileiras.

Registraram-se, neste período, a criação e o fortalecimento das estruturas governamentais e da gestão urbana participativa como o Ministério das Cidades e os conselhos municipais, estaduais e nacional das cidades.

Na Bahia, isso é possível através da Sedur também e do Conselho das Cidades. Aqui, há os programas de universalização de serviços como o “Água para todos” que virou referência nacional; o Luz para Todos, o Minha Casa Minha Vida, o Sistema Viário do Oeste, o fortalecimento da agricultura familiar e da política de territórios, o fortalecimento de setores como o da construção civil, os programas de geração de energia limpa, ampliação das universidades, a melhoria das estradas. Todos esses programas mudaram a Bahia e o Brasil.

Na Bahia, houve investimentos de peso como o metrô, a criação dos corredores transversais, o projeto de VLT para o Subúrbio que, ontem, teve o resultado final da sua licitação (palmas) já mudaram a forma como as pessoas se movimentam em Salvador.

E tudo isso só foi possível pela existência dos programas nacionais e estaduais, com grande dotação orçamentária, destinados à melhoria na qualidade de vida urbana como o PAC Urbanização (que vai desde saneamento, melhorias habitacionais, urbanização, legalização fundiária), o PAC Mobilidade Urbana, PAC Prevenção de Desastres Naturais, PAC Cidades Históricas, PAC Saneamento, o Programa Minha Casa Minha Vida.”

O Programa Minha Casa Minha Vida é a joia da coroa. Infelizmente, estamos vendo este governo golpista retirar todos os recursos.

(Lê) “Dentre tantos outros programas, tudo isso foi construído em conjunto com os movimentos sociais.

Porém, toda essa estrutura, tudo o que chamamos de política urbana brasileira vem sendo, completamente, desmontado pelo governo golpista. No orçamento para o ano de 2018, o governo federal anunciou a dotação de quase ‘zero reais’ para todas as políticas sociais urbanas como habitação, mobilidade, saneamento etc.

Isso significa dizer que não haverá mais o Programa Minha Casa Minha Vida (Faixa 1 e Entidades) que vem mudando a realidade da população e, principalmente, vem mudando a realidade da vida das mulheres das cidades baianas e brasileiras.

O presidente golpista ainda aprovou, sem qualquer tipo de participação, uma medida provisória...” – o que agora já é lei, a MP nº 759, como se chamava – “(...) que destrói todos os avanços na regularização fundiária brasileira voltada à população em situação de vulnerabilidade socioespacial que, ainda, permite a estrangeirização de terras e fragiliza instrumentos importantes como a ZEIS.

Ainda, podemos falar sobre a não realização da Conferência Nacional das Cidades e das tentativas de enfraquecimentos de conselhos como este.

A nossa luta é contra o retrocesso, é contra o desmonte do que se levou anos de lutas, suor e sangue para se construir. A nossa luta ainda é contra um golpe que também foi dado nas nossas cidades, é contra os diversos golpes diários que vêm sendo dados por um governo ilegítimo à nossa sociedade.

A nossa luta é pelos direitos sociais: antes, era pela sua ampliação; agora, é pela sua manutenção. A nossa luta é pela reforma urbana, pelo direito de habitar as cidades melhores, mais justas, com educação, saúde, transporte, geração de emprego e renda, acesso à cultura, lazer, respeito ao meio ambiente, à diversidade étnico-racial, de gênero, de sexualidade e religiosa.

A nossa luta é e, sempre, será pela democracia, por um governo democrático, pelo direito de elegermos quem nos representa e pelo direito de Lula ser candidato a presidente!” (Palmas)

E, para isso, queremos Lula livre! (Palmas)

Reforma urbana já! (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

(A Sr.^a Maria del Carmen Lula assume a presidência da Mesa.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula):- Concedo a palavra ao nosso ex-governador, ex-ministro, com o carinho de todos nós, Jaques Wagner. (Palmas)

Eu quebrei o protocolo aqui, porque, antes, falariam os representantes dos movimentos sociais.

O Sr. JAQUES WAGNER:- Boa tarde!

(O Plenário se manifesta.)

O Sr. JAQUES WAGNER:- Os torcedores do Bahia não são fáceis!

Bom, gente, eu quero cumprimentar todos os amigos e as amigas, pois participamos desta sessão tão importante.

Parabenizo esta Casa e, particularmente, a deputada Maria del Carmen pela proposição desta sessão comemorativa dos 10 anos do nosso Conselho das Cidades/Bahia.

Vou pedir licença para cumprimentar todos aqui na pessoa da Marli como conselheira do Conselho dos Movimentos Populares e do Deri, representante, neste

caso aqui, do governador Rui Costa, para não ter o ciúme dos deputados Afonso e Nelson Pellegrino. (Risos) (Palmas)

Bom, eu queria, na verdade, fazer uma saudação. Eu pedi à deputada para falar logo após a abertura desta sessão especial, pois eu tenho uma reunião marcada às 4 horas com o governador. E, aí, eu vou continuar na sessão, a menos que me anuncie o início da referida reunião.

Mas eu queria só dizer, em primeiro lugar, da minha alegria e da minha satisfação de termos feito o decreto da instalação do ConCidades/Bahia em novembro de 2007, ainda no primeiro ano do nosso governo. Gostaria de dizer que o Conselho das Cidades faz parte das minhas crenças como democrata.

Considero que ninguém tirará a representatividade legítima, porque é delegada pelo povo através do voto dos nossos deputados estaduais, federais, vereadores, senadores, governadores, prefeitos e presidente da República.

Mas eu entendo que nós temos, para a afirmação da democracia, de, sempre, mesclar e combinar a democracia representativa com a democracia direta ou participativa que venha, exatamente, de diversos segmentos, como todos os segmentos que têm assento no Conselho das Cidades que, por sinal, é um conselho, majoritariamente, representativo da sociedade civil e, minoritariamente, do governo e da parte, vamos dizer, institucional.

À época do presidente Lula, eu dirigi o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Sempre havia uma certa ciúmeira dos deputados se essas estruturas e esses espaços não ofuscariam a atuação dos parlamentares.

E eu, sempre, dizia que ninguém vai retirar a legitimidade conquistada pela delegação do voto e que, ao mesmo tempo, ninguém pode prescindir do diálogo social com quem está vivendo, quem são os maiores interessados, seja qual for a política pública, nesse caso, pela política de moradia, pela política de desenvolvimento urbano, por tudo aquilo que nos desafia na convivência em conglomerados cada vez maiores e superpovoados; transporte público, mobilidade, acesso à moradia.

Portanto não vejo nenhuma contradição.

Por tudo isso, eu, sempre, apostei no Conselho das Cidades.

Ao longo dos 8 anos, nós, sempre, fizemos várias reuniões estaduais e anuais do Conselho da Juventude e outros. Portanto, eu acho este um espaço privilegiado e o mesmo tem de ser tratado com carinho pelos membros da sociedade civil e com respeito pelos representantes do poder público que, às vezes, por carregar a legitimidade de votos, se acham donos da história toda.

Eu entendo que a história é melhor construída quando é construída com o diálogo. Dá trabalho? Dá. É mais demorado? É. É mais difícil? É, porque é o confronto e o conflito de ideias.

Mas, as soluções encontradas, a partir do diálogo, seguramente, são mais duradouras e mais consistentes por serem soluções melhores. (Palmas) Há um ditado confirmador dessa assertiva: “Quem conhece o aperto do sapato é o dono do calo.” E

como gosta de dizer o nosso querido presidente Lula: “A cabeça pensa onde o pé pisa.”

Talvez, por isso, a gente viva, neste momento, um momento tão delicado, perigoso e assustador da democracia brasileira, porque alguns segmentos ou algumas instituições ou alguns agentes, para não generalizar, de instituições importantes do Estado brasileiro, às vezes, se consideram donos da verdade e quase se consideram donos do poder ao confundir a legitimidade da posse, através de um concurso público, com a legitimidade delegada pelo voto popular.

Então, ao contrário do previsto pela Constituição brasileira, nós vivemos um momento de desarmonia entre os poderes. Na verdade, há um conflito de poderes. Há uma perigosa escalada do ativismo judiciário e de outros segmentos como o Ministério Público e Polícia Federal.

Portanto acho que a gente vive um momento extremamente delicado onde o símbolo maior deste momento – eu diria quase de subversão da democracia – é exatamente a detenção do querido presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em minha opinião, este fato é o ápice daquilo que já vinha acontecendo, porque aqui é a condenação e o aprisionamento da esperança brasileira, pois, na verdade, quem melhor fez pela prosperidade do Brasil e do povo brasileiro foi, exatamente, o ex-presidente Lula.

Então, aprisionam, em minha opinião, neste momento, a única esperança de reencontro do Brasil com um caminho do desenvolvimento e da prosperidade por decisão de alguns que não aparecem na frente do palco mas permanecem na coxia da operação da política nacional ao operar com interesses estranhos aos interesses da maioria da população brasileira. Paralelamente, esses destilam ódio e intolerância como elemento fundamental para tentar pregar ou para tentar convencer a população.

Então estamos vivendo um momento extremamente conturbado. Estou dizendo isso porque estou aqui em um espaço de diálogo social. E pelo jeito e pela forma como este governo ou desgoverno, como queiram chamar, caminha, a ver pelo o que está acontecendo neste momento...

O que está acontecendo hoje com a política de preço de combustível que gerou uma greve dos caminhoneiros ou um locaute das empresas de transportes é consequência do que se tentou impor na cabeça do povo brasileiro de que o bom é nós termos os técnicos para gerir a vida dos brasileiros, como se os técnicos não tivessem política, ideologia e lado na cabeça.

Vejam, se colocou lá um senhor por escolha de um governo sem legitimidade que, aparentemente, é um grande gestor. Não sei se ele é um grande gestor. Mas, na minha opinião, ele é um péssimo gestor para gerir uma empresa que não tem um acionista majoritário como outras empresas. O acionista majoritário da Petrobras chama-se povo brasileiro (palmas), portanto, é por delegação do povo brasileiro.

O presidente da República, na minha opinião, tem todo o direito, ao contrário do anacronismo feito para tentar agradar o chamado mercado invisível de que não pode haver indicação. É bom lembrar de que todos os diretores anteriores da

Petrobras, com uma ou outra exceção, eram absolutamente todos funcionários de carreira, com 25, 30 anos na Petrobras.

E o presidente, que não era de carreira, o baiano José Sérgio Gabrielli, é motivo de orgulho para todos nós, porque, apesar de 4 anos de Lava Jato (palmas), apesar de tanto constrangimento que fizeram e fazem ele passar, até hoje não se achou uma linha, um guardanapo, um papel higiênico que imputasse a José Sérgio Gabrielli qualquer coisa de envolvimento com a Lava Jato.

Então, é uma mentira dizer que técnico, por pressuposto, é melhor do que político. Na minha opinião, nem um nem outro, necessariamente, tem um código de procedimento melhor. Porque nem concurso público nem eleição medem o caráter e a idoneidade de quem quer que seja.

Por isso, não reconheço em ninguém que esteja, em qualquer ponto, ocupando espaço do funcionalismo público por concurso, necessariamente, melhor código de ética do que a média dos políticos. Evidentemente, como qualquer segmento, nós vamos encontrar os bons, os maus e os péssimos técnicos ou políticos.

Então, se coloca um cidadão que entende que não tem de dar satisfação a ninguém, nem ao povo, nem ao presidente da República, nem ao Congresso Nacional, e diz: “Aqui quem manda sou eu”. Cara pálida, em nome de quem? O acionista majoritário da Petrobras, vou repetir, chama-se povo brasileiro; não é como a Shell, a Exxon ou qualquer outra companhia. Nelas, o acionista majoritário, através do conselho de administração, diz a direção que a companhia vai tomar, diz o que se vai fazer com o lucro auferido. Aqui, quem tem de dizer o que se vai fazer...

E não estou pregando uma gestão desvairada. Ao contrário! Acho que a obrigação de todos nós, seja na gestão governamental, seja na gestão de uma empresa estatal ou pública, evidentemente, é ter responsabilidade. Não agir assim é coisa do passado. Eu não conheço nenhum político, à esquerda e à direita, hoje, que ache que pode sentar numa cadeira e fazer gastos desmensurados, fazer qualquer loucura. Todo mundo sabe que existem leis e existem responsabilidades.

Então, estou falando isso, particularmente, neste ambiente de tantas organizações do movimento popular, de tantas instituições como o Instituto dos Arquitetos, do Sindicato dos Engenheiros, do Clube de Engenharia, todas com história de luta pela democracia, todos se perfilaram para a reconquista da democracia em 1985.

Democracia que – vou repetir, e não é para fazer terrorismo – hoje está ameaçada, porque foram jogados no lixo 54 milhões de votos de uma presidente, sem nenhuma culpa formada, por uma artificialidade. Se prende um ex-presidente, que tem 60% das intenções de voto, sem nenhuma culpa formada, por uma suposição. E quem está falando não sou eu, é o texto escrito pelo Ministério Público, se não me engano, pelo Judiciário, que dizia: “Não me peçam provas”. Quer dizer, ele tem convicções.

Então, se o Judiciário vai passar a ter uma análise subjetiva dos fatos que estão ali, nós vamos entrar, objetivamente, no terreno da ditadura das corporações. Acho que a gente vive uma quadra perigosa! Chamo a atenção porque, diria, além da luta

de vocês por moradia, é importante perfilarmos na luta pela garantia da democracia e das eleições de outubro de 2018. (Palmas) Porque a questão democrática é anterior às nossas outras lutas; até na ditadura a gente lutou.

Portanto, quero insistir que a preciosidade das vidas que se foram na luta pela reconquista da democracia nos chama hoje. E não estou falando isso em defesa única e exclusivamente da candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nós que somos torcedores – eu sou – dessa candidatura temos de ter a compreensão de que, neste momento, é necessário recepcionar todos os democratas, não necessariamente aqueles com a nossa posição política. Porque o que está em jogo, vou repetir, não é a convicção ideológica. É algo anterior à convicção ideológica, que é a perenidade da democracia brasileira.

Alguns acham que quem diz “Lula Livre” – como eu digo – está apenas defendendo a candidatura do ex-presidente. Ao gritar “Lula Livre”, eu quero dizer que grito por democracia, por garantia da normalidade democrática brasileira. É inconcebível... o teatro está todo montado, o *script* está todo feito, aqueles que operaram o golpe, o falso *impeachment* de Dilma, se dão ao desplante de dizer que não pode haver uma candidatura que represente um projeto político popular e progressista no Brasil. E são tão “inteligentes” que, ao contrário do que imaginavam, em vez de criarem uma alternativa de centro, de centro-direita, criaram uma alternativa de extrema-direita.

Porque até agora só quem pontua nas pesquisas é a candidatura de extrema-direita. Ao centro, à centro-direita há um vazio absoluto. Nós temos a candidatura de Lula, que representa, na verdade, a saudade e a esperança do retorno da prosperidade para todos nós – o Ministério das Cidades foi criado lá. E isso não é porque Lula é melhor que o anterior, é porque ele é diferente do anterior. É porque ele nasce exatamente aqui. A diferença não é porque Lula é mais inteligente ou melhor necessariamente do que o anterior. É porque a sua gênese é feita a partir daqui, do movimento popular, da luta dos trabalhadores. A sensibilidade dele, evidentemente, é maior do que a sensibilidade de quem nunca viveu isso aqui, que não tem intimidade com este ambiente daqui.

Aí se cria o Ministério das Cidades, se impõe o Conselho Nacional das Cidades e por aí vai. Cria-se o Minha Casa, Minha Vida... desculpem, eu também não sou obrigado a lembrar de tudo. Até porque estou só no improviso aqui.

O que quero dizer é que eles não estão conseguindo criar nada. E aí falo com orgulho, porque fui parte dessa formação: para surpresa e desespero deles, depois de apanhar tanto – “partido da Petralha”, “partido da quadrilha”, partido não sei o quê – o Partido dos Trabalhadores, quando medido nas enquetes, tem a preferência nacional e pontua em primeiro lugar com 19%. (Palmas) E o segundo partido tem 2%. Então a gente deve ter alguma coisa de errado ou de certo. Isso acontece porque as pessoas identificam, têm memória e lembram dos 8 anos dele e dos 4 anos dela.

Então, gente, eu queria só parabenizar cada companheiro e cada companheira dos diversos movimentos: de moradia, de engenharia, de arquitetura, de urbanismo, porque, na verdade, todos nós compomos algo. Nesta cidade mora-se mal; tanto faz

se o apartamento é melhor ou pior, mora-se mal pela confusão que a cidade se transformou.

A gente até está tentando abrir... acho que quando as transversais das avenidas ficarem prontas, a vida vai mudar. Paripe vai chegar a Piatã em 15 ou 20 minutos de ônibus, em via exclusiva; Lobato vai chegar a Patamares em 20 minutos, diretamente de lá. (Palmas) E aí vocês vão ser mais chiques ainda, vocês vão desfrutar de duas praias, a interna da Baía de Todos-os-Santos e a atlântica. Já morei em Itacaranha e hoje moro na orla atlântica, por isso sei que cada uma tem seu jeito, cada uma tem sua graça. A praia dentro da Baía é mais paradona; a praia atlântica com as suas ondas.

Mas o benefício não é só para vocês. Vamos tirar um fluxo de trânsito enorme que roda a cidade inteira para chegar na outra ponta, que agora vai ser ligado diretamente. Isso só faz quem tem visão de governo, como um governo a serviço da maioria da população.

Eu me lembro, quando a gente estava falando de mobilidade urbana, da briga que tive de ter com empresários de ônibus e outros empresários que insistiam em me convencer a botar o BRT – não esse que está sendo feito aí, cortador de árvores, mas outro. Eu disse: “Gente, esta é a terceira maior capital do país. Não é possível que a gente vá usar uma ferramenta de mobilidade que tem suas limitações”. E aí está o metrô, que já está batendo na ordem dos 350 mil passageiros/dia. Rui já está preparando a licitação da nova rodoviária, em Águas Claras. E também um novo trecho do metrô, com o qual vamos abraçar Cajazeiras e outras áreas de extrema densidade populacional. (Palmas) Vamos mudar completamente a dinâmica da cidade, como foi com a construção da Via Expressa.

Então eu queria, encerrando, agradecer o convite. E de novo quero dizer que nós temos de lutar por moradia e, com a mesma intensidade, por democracia. Insisto, eu comemorava o fato de que já íamos chegar a 31 anos – de 1985 até 2016 são 31 anos – de democracia ininterrupta no Brasil, mas, infelizmente, ela foi interrompida. Tudo bem, tem eleição, tem liberdade de imprensa, apesar de termos hoje uma subversão. Quando se critica a censura à imprensa é para impedir que um governo autoritário amordace a imprensa. E eu me arrisco a dizer, sem generalização, que alguns segmentos da imprensa, hoje, querem se transformar em mordança daqueles que pensam diferente do que pensam grandes empresários da comunicação e do setor financeiro. Porque há uma ditadura de informação querendo ganhar. Ainda bem que tem rede social e a gente consegue vazar algumas coisas.

Parabéns pela sessão. Eu não posso deixar de encerrar dizendo: “Lula Livre”! (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula):- Queria convidar a vereadora de Salvador Marta Rodrigues para fazer parte da Mesa conosco. (Palmas)

Passo a palavra agora, representando todas as conselheiras e conselheiros, para Marli Carrara, que falará em nome de todos nós, porque eu também sou conselheira.

A Sr.^a MARLI CARRARA:- Enquanto arrumo a apresentação de um resumo desses 10 anos, eu queria pedir licença aos agnósticos e ateus para pedir, em nome de Deus, do Deus de Israel e da Palestina, de Nossa Senhora Auxiliadora – hoje é o dia dela – e dos orixás, que a gente possa ter uma boa fala no dia de hoje. Não é só o Deus de Israel, mas todos os demais, porque eu fiquei incomodada quando olhei.

Queria lembrar, antes de começar, do companheiro Olívio Dutra, da companheira Iria Charão, do companheiro Ereda, de Abelardo, Raquel e Ermínia, que tiveram, no Ministério das Cidades e, depois, no Conselho Nacional, o sonho e a coragem de lutar. Como disse Wagner, tudo começou com o desafio, sob a mão do presidente Lula, em 2003, da criação do ministério. Em janeiro de 2003, quando foi criado, eram seis pessoas no Ministério das Cidades. Seis pessoas, exatamente seis! Sei disso porque a companheira Ivanisa, logo depois chefe de gabinete de Raquel na União de Moradia, nos contava como a gente ia começar a construir a política nacional de desenvolvimento urbano deste país.

O companheiro Olívio acatou e disse: “Mesmo com somente seis pessoas nesse ministério, vamos construir a 1ª Conferência Nacional das Cidades este ano”. Mas como é que a gente faz isso com seis pessoas? Nem tinha orçamento ainda. Nós não podemos começar sem ouvir o povo do país, o povo das nossas cidades. E assim, num desafio tremendo, em novembro de 2013 foi realizada a primeira Conferência das Cidades com 3 mil cidades participantes, com uma quantidade enorme de emendas, que acabou deixando todo mundo maluco dentro do ministério. É assim que a gente deve construir qualquer coisa na vida da gente, com muito sonho, com muita gana, tendo coragem de ouvir os diferentes, de ouvir aqueles que pensam diferente da gente – que até agem diferente da gente –, mas que, em algum momento, se predispõe a aceitar e ouvir o diferente.

É diferente no Conselho Nacional – ou era antes de o governo golpista acabar com ele –, assim como é no Conselho Estadual, a gente ouvir o empresário de ônibus, ouvir Lucy, representante da Derme, as nossas questões técnicas das entidades, dos empresários, do movimento popular. É nesse momento que a gente faz e enraíza amor à democracia.

Nós não precisamos pensar iguais, mas precisamos ter a certeza de que a gente só vai poder expressar o que a gente pensa, dentro do processo democrático. É isso que a gente tem tentado, com certeza, fazer ao longo desses 10 anos.

Nós temos algumas coisas, a gente... Não se apavorem, não, porque a gente não vai falar tudo, não. Então, é o histórico que começa... Nós comemoramos 10 anos do Conselho, mas nada começa sem ter passado. Então, quero aqui fazer um histórico rapidinho, uma lembrança de Adalva Tonhá, Gracinha Torreão, João Pereira, Santinho, Idelmário e Silene – junto com o anel de moradia –, pois quando ainda não éramos governo, no estado da Bahia, tiveram a coragem de estar e apoiar a construção da primeira e da segunda, principalmente a segunda Conferência das Cidades, onde a gente ousou eleger o Conselho das Cidades, mesmo não tendo sido respeitado pelo governo naquele momento.

Não vou me esquecer nunca de lembrar de Adalva Tonhá, com quem tenho inúmeras diferenças, mas é uma companheira... Quem estava lá – não é, João? –, naquela conferência no Hotel, ainda chamado, Pestana, onde tinha ficado certo de que a gente iria eleger o conselho, pelo então secretário da Sedur. Ele chamou e disse que não permitiria a eleição naquela conferência. E ela, encostada na parede, disse – ela tinha cargo de confiança –, falou: “Eu construí até agora, hoje eu não volto atrás.” Nós vamos... e iria, estava presente. Nós elegemos o primeiro conselho, mesmo ele não tendo sido empossado. Então, a gente não pode esquecer de que quando a gente consegue alguma coisa, tem sempre pessoas que lutaram antes, e a gente não pode esquecer.

Pronto. Acho que a memória da velhice... Então, o Conselho das Cidades... Não vou precisar ler, porque todo mundo... E aí, ele tem essa prerrogativa maior, que é de formular diretrizes para o desenvolvimento urbano da Bahia, que é um grande desafio para o maior estado rural deste país. É um grande desafio você coadunar as duas coisas. Esse conselho tem uma coisa que é diferente de qualquer um deste país –, tem até maior abertura do que o Conselho Nacional –, que foi a criação dos conselheiros territoriais. Os 26 territórios estão representados para além dos segmentos. Eles estão dentro e trazem o seu olhar – o olhar de Biquera, né? Cadê Zé, Zé de Biquera? –, olhar de Biquera, o olhar do Oeste que Gerino traz, o olhar do Sul e do Extremo Sul, o olhar do Sertão. Eu acho que isso é uma riqueza imensa – pode passar. (Apresentação de imagem.)

Então, a criação do conselho com a Lei de nº 10.704, em 1997, logo depois da...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula):- Marli, eu vou cortar um pouquinho o seu tempo, senão...

A Sr.^a MARLI CARRARA:- Tá. (...) 2ª Conferência das Cidades. Bora lá! Aquilo que Wagner disse, que nós temos um conselho maior do que qualquer outro, né? A sociedade civil tem 57,7, e não... e 42,3 do poder público. E isso não é à toa. Nós não queremos paridade, nós queremos um maior número da sociedade civil, porque o poder público, mesmo em menor número, tem o poder da caneta. E nós demoramos muito para conversar.

Aí, a gente tem o primeiro conselho, a primeira composição do conselho, com o titular... Afonso Florence, agora que eu vi que tem um Bandeira ali, né? O Afonso Florence e todos os nomes que foram eleitos na primeira... Você pode passar? Acho que são três ou quatro slides, não dá para falar todos. Mas eu acho que tem muita gente aí que se reconhece naquele momento de criação do primeiro conselho – pode passar.

Entidades empresariais, dos trabalhadores, dos profissionais acadêmicos de pesquisas e os representantes regionais – naquela época eram chamados de regionais, hoje eles são chamados de territoriais.

A estruturação... Eu acho que começa em 2010 uma estruturação e consolidação do... era o grande propósito nosso a consolidação do ConCidades, o que não é fácil, né? Teve muita briga! Eu me lembro bem que para fazer esse regimento...

Afonso, a gente brigou foi muito, né? Muito! A gente queria muita coisa. Muita coisa a gente perdeu, mas muita coisa foi conquistada. Particularmente, o caráter deliberativo do conselho para as políticas públicas de desenvolvimento urbano do estado da Bahia.

Eu me lembro de uma briga muito séria, porque... E aí, é o grande desafio que temos pela frente. Eu acho que a gente tem que encarar. Esse conselho é deliberativo, quanto ao orçamento regional da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, e a gente tem relegado isso. Só pode ter orçamento na secretaria, depois de aprovado no Conselho das Cidades, né? Então, eu acho que deu muita briga, mas a gente... é aquela boa briga para conseguir aprovar.

Então, em 2009, aprovamos o nosso orçamento, promovemos um programa de capacitação extremamente importante, envolvendo todos os territórios desse estado. Eu acho que tiveram 19 audiências em cada um deles. Alguns deles tiveram duas. Pela primeira vez, no governo em que Wagner estava assumindo, corremos o estado inteiro de noite, de madrugada, andando ou pegando carona, mas conseguimos levantar os territórios para a construção da política.

Temos várias coisas importantes. Eu quero particularmente lembrar – já que o tempo para todo mundo falar foi cortado – da construção do sistema estadual dos conselhos no estado. Isso ainda é um desafio, mas muito foi feito para levar os prefeitos, as prefeitas, os movimentos dos vários municípios a incorporarem a necessidade e a riqueza que é ter os seus próprios conselhos.

Os planos locais de habitação de interesse social também foi um dos grandes desafios, que ainda existem, que ainda estão em pauta, de levar o gestor a olhar para seu município, na área de habitação.

Eu queria correr, eu acho que vocês já correram aqui... A definição... Volte um pouquinho, em 2012. Eu acho que foi uma das grandes coisas. Encaminha a emenda ao Projeto de Lei nº 19.830, da criação da Agersa, Assembleia Legislativa. Se, hoje, a Agersa existe... E deu muita briga para saber quais eram as competências da Agersa e do conselho. A gente colocou no nosso regimento e na nossa lei o papel da Agersa. Então, quando a gente briga, quando a Câmara Técnica de Saneamento briga, tem que brigar olhando em pé.

Quem garantiu o lugar de vocês fomos nós. Nós pensamos, avaliamos e achamos um papel para isso. (Palmas)

Queria lembrar um... Também em 2012, recomenda o governador do estado, e a PLB Sindicato, o restabelecimento do diálogo para resolução, naquele momento, da greve e o retorno imediato das aulas.

Para além do desenvolvimento urbano, a gente sentia a repercussão dentro das nossas cidades, e esse conselho teve resolução a respeito disso. A avaliação de audiências, a construção do plano de resíduos sólidos, do plano da política de acessibilidade e da própria política estadual de saneamento, que precisa ser cada vez mais defendida.

Esse governo – desgoverno nacional – que quer... E o PMDB colocou lá essa semana, como uma das coisas prioritárias dele, a privatização do saneamento. Temos que ter aqui o maior cuidado para preservar os nossos papéis.

Na política estadual de mobilidade urbana, discutimos tarifas de ônibus. Nosso governador, na época, deve lembrar daquela confusão da desoneração da folha de pagamento. Nós queríamos diminuir a tarifa para os ônibus intermunicipais.

O que eu quero dizer é que enfrentamos várias questões com as nossas cabeças, com aquilo que cada movimento e de cada entidade sabia. E construímos políticas que, o pouco que eu conheço em nível nacional, tenho orgulho, não – mas hoje ouvi um negócio: orgulho é o começo da caída, lembrando de Zezéu –, tenho a honra de me sentir emocionada, por saber que o meu estado, que sofreu tanto com a ditadura, conseguiu aproveitar, em tão pouco tempo – com o governo de Wagner e com o governo de Rui Costa –, e saborear as coisas importantes para construirmos uma base legal disso.

A questão do PAC, não ficamos só no Minha Casa Minha Vida, em construir novo, em produção nova. Quero parabenizar meu companheiro de entidade Zelito Souza, que brigou por mais de 10 anos para falar de regularização fundiária dentro do movimento, falar do PAC, da importância que representa mais de 70%, pelo menos, desta cidade, capital deste estado.

Uma das grandes coisas que a gente fez – eu não sei se tem mais gente aqui, além da gente – foi o Fórum Pós-Ocupação de Habitação de Interesse Social da Região Metropolitana de Salvador, o único do país, foi criado dentro do Conselho da Cidade e se preocupa com toda infraestrutura de emprego, renda, arcabouço urbanístico, lazer para os empreendimentos do Minha Casa Minha Vida. E isso está florescendo, está amadurecendo, e amanhã vamos apresentar a primeira proposição da criação da inserção na Política Estadual de Habitação, a primeira lei de garantia de pós-ocupação do país, dentro da política estadual de habitação na Bahia. Isso é fruto da cabeça de todos nós, de cada um de vocês. Eu, que estou retornando agora para o conselho estadual, tenho o maior orgulho disso.

O Plano Estadual de Habitação, que foi construído também com milhões de mãos, merece agora um novo olhar. O plano de habitação, próprio da Bahia, bebeu na fonte do nacional, sim, mas ele foi além. Tudo o que fizemos, eu sou testemunha viva, pelos 60 e tantos anos que tenho e por outras experiências que vivi... Nós discutimos a ponte – tem um nome aí, mas todo mundo conhece como a ponte de Itaparica –, ouvimos de Sérgio Gabrielli os argumentos contra e a favor, discutimos essa coisa que vai ser o VLT, que vamos chamar de metrô do Subúrbio, porque não vai ter outro nome. Esse VLT do Subúrbio, sonhamos há 5 anos, dentro do Conselho da Cidade. Se o metrô da Paralela é resolução de mobilidade para a classe média, o VLT do Subúrbio é inclusão de uma parte da cidade, historicamente excluída do resto da cidade (palmas). Isso para mim é da maior importância.

O PDUI, que é uma coisa que a Câmara Técnica de Planejamento se dedica, é extremamente importante. As visitas técnicas vitoriosas, como aquela de Simões Filho, na Naturelle. O conselho indo verificar, *in loco*, as denúncias que chegam. E

toda a questão técnica, das entidades técnicas, de quem mora lá, mais o pessoal da área, isso tudo faz com que a gente só venha a ganhar, aliado com o Poder Legislativo também presente no conselho, cria coisas extremamente importantes.

A política de pós-ocupação, já falei.

E nós temos, por último, mas aduz ao ano passado, a inclusão de uma discussão que a gente sempre deixou de lado, que é a inclusão dos nossos irmãos e irmãs da população de rua dentro de um olhar também profético – isso no ano passado. Nós não estamos falando de agora –, nesse olhar que é extremamente importante.

Como desafio, e para encerrar, nós vamos ver um novo conselho, eu tenho que, primeiro, exercer, verdadeiramente, na gestão atual para as demais, o papel deliberativo na regionalização do orçamento da Sedur. Nós precisamos... O GT de Orçamento precisa começar a funcionar com garra para levar ao plenário, para a gente poder assumir isso de forma mais cidadã.

Habilitação das entidades do movimento popular, que está na lei, para construir habitação de interesse social. Esse processo precisa ser regulamentado; a política de pós-ocupação, que a gente quer entregar a esta Casa para ser discutida no segundo semestre; a luta contra a privatização da Embasa; os 10% que queremos, e isso já está dentro da nossa pauta, do ICMS dos materiais de construção destinados ao Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social, para construir casa (palmas) e ter recurso próprio nesse estado. É construir na adversidade, como eu digo.

E, para encerrar, eu quero agradecer a uma pessoa aqui que, mesmo na época em que não estava no Legislativo, sempre apoiou. Não estava aqui, mas estava lá, no papel da Casa: Maria. (Palmas) São raros os parlamentares que deixam a Casa e participam de conselhos com regularidade. Isso é extremamente importante para nós.

Queria lembrar de Mical (palmas), que construiu essa unidade na adversidade. E ela sabe do que estou falando porque a gente já foi... a gente já brigou também. Eu brigo com todo mundo, não é?

E quero agradecer, para finalizar, ao coração afetivo desse conselho, que todo mundo sabe quem é: Afonsinho (palmas), Maria José, que estava com a gente desde antes, Lara, Alaécio, que constrói o dia-a-dia do conselho, tirando as coisas administrativas nossas. Queria dizer ainda... lembrar de Graça Torreão e Afonsinho. Tá vendo? Já tinha vindo aqui e eu falei. Sei falar.

Lembrar dos 127 anos da emancipada Barreiras no dia 26. (Palmas)

Eu quero agradecer a todo mundo. Quero agradecer e quero que a gente se sinta parte da construção de uma história de democracia que nós não podemos deixar que caia. Tem poucos estados neste país, no dia de hoje, que são capazes de dar lição de conversa. Apesar do nosso governador ainda não nos ter recebido, enquanto movimento popular, eu não posso deixar de falar isso, mas Wagner está tentando. Quem sabe ele vai falar hoje e lá convence a gente a ser recebido. Mas existe sintonia de governo, e a gente quer que isso continue.

Isso é um valor. O conselho é um valor, é uma experiência de novo de conviver com o diferente, respeitando quando alguém fala da sua maneira, com o seu sotaque

da sua região, do seu território, como aquilo que a gente ouviu hoje na Câmara Técnica daquela menina lá de Juazeiro, eu não sei onde ela está, falando da construção da habitação rural lá em Juazeiro, entendeu? (Palmas) Isso é ganho para todos nós. Nós temos, assim como poucos estados deste país, uma responsabilidade neste momento, mostrar que é possível, fazer bem, fazer melhor, fazer com todo mundo.

Lula livre! (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula):- Eu queria iniciar, aqui, os registros. São muitos, viu? Vou ler alguns. O nosso ex-governador tem outro compromisso agora, vai ter que sair, para a nossa tristeza.

Registrar a presença e agradecer a Eduardo Copello, ex-presidente do ConCidades, hoje presidente da CTB – Companhia de Transportes do Estado da Bahia; Jonas Dantas dos Santos, 1º Vice-Presidente do CREA; Luís Humberto, superintendente de Habitação da Sedur; Welliton Rezende, diretor da Bahiater, da SDR; Afonso Luís Cavalcante, secretário de Administração da Secretaria de Desenvolvimento Urbano; Grace, a nossa superintendente de Mobilidade; Liane Viveiros, a nossa ex-membro do Conselho das Cidades e superintendente de Habitação, estava aqui conosco, professora da UCSal; Edmilson dos Santos, conselheiro estadual; Livia Gabrielli, a nossa superintendente, que está aqui também, a nossa ex-conselheira; Martinho de Souza, conselheiro da Conam, representando a Conam; Alfredo Venceslau, conselheiro do Conselho Estadual de Berimbau; Edson Gomes, conselheiro da União da Associação de Bairros de Itabuna. Ah, é você. Com esse nome? Você botou o nome...; Ivonete Bispo, conselheira do ConCidades; Daniel Colina, conselheiro do ConCidades, do Instituto dos Arquitetos do Brasil; João Pereira, o nosso querido João Pereira. Cadê ele? Eu não vi João; Matilde Oliveira, também da Instituição Amar; Alan Dick Megi, do CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo, conselheiro do ConCidades. Obrigada pela presença; Rute Carvalhal, presidente da Abenc; Luiz Carlos de Carvalho, da entidade de Movimento Popular e Social de Várzea Nova; Poliana, de Várzea Nova também, conselheira; Cláudio Emílio, conselheiro, do Movimento Popular e Social; o nosso querido Gerino, lá de Barreiras. Todo dia me pede para ir a Barreiras, eu não vou nunca, não é?; Jacilene Batista, representante dos movimentos sociais, conselheira; André Luís Dantas da Silva, da Cooperativa de Reciclagem de Itaíra... Itororó? Não sei de onde é!; Manoel Antônio de Oliveira, representando a Prefeitura Municipal de Rio Real – obrigada –, conselheiro também.

Todos de quem estou lendo o nome aqui são conselheiros.

Vítor Amorim do Amaral, conselheiro; Mardalcy Castro Lago, conselheiro do ConCidades; Antônia, do ConCidades também; Luciano Souza, conselheiro. (Palmas)

Na próxima, a gente volta a...

Passo a palavra agora ao ex-presidente, primeiro presidente, do Conselho das Cidades da Bahia, o deputado federal Afonso Florence. (Palmas)

Agora, vou ter que marcar o tempo, senão não dá.

O Sr. AFONSO FLORENCE:- Boa tarde, pessoal.

Presidente, quero parabenizá-la por sua iniciativa, presidindo a sessão, deputada Maria del Carmen. Desculpe-me, quanto tempo eu vou ter, só para eu organizar minha fala?

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula):- Dez minutos.

O Sr. AFONSO FLORENCE:- Tá, eu vou falar tudo em 10 minutos.

Primeiro, estou muito honrado e emocionado, Maria. Você foi uma parceira de primeira hora. E vou citar aqui Lucy, Fátima e Marli, o secretário Demir, representando o governador Rui Costa. Permitam-me, para economizar, porque tenho que falar tudo em 10 minutos. Parabenizar Martinha, a sua luta (palmas), liderando-nos aí para mudar Salvador.

E dizer a vocês, pessoal, que essa foi... infelizmente, não vou poder fazer a homenagem em presença, mas é bom que ele esteja ausente...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula):- Está sendo gravado e passado ao vivo pela *TV Assembleia*.

O Sr. AFONSO FLORENCE:- Toda vez que venho aqui eu digo que temos que mudar... Ótimo! Está na hora de mudar esse quadro. (Palmas)

Saiu daqui há pouco a maior liderança política da história recente da Bahia, o eterno governador, eterno ministro, essa figura que não era conselheiro, mas junto com vocês construiu essa experiência bem sucedida de gestão democrática.

Quero ressaltar a presença de Graça Torreão, de Liana Viveiros, João Lopes, não está aqui, no setor de saneamento, Mical, pelo Conselho, e todos vocês dos movimentos de moradia, profissionais da Conder, do Senge, do IAB, do CREA, Jonas, e vocês todos juntos. Nós construímos uma experiência, e não é exagero dizer, inédita. Inédita! Não tem similar no Brasil e nem no mundo. Wellinton, em sua pessoa os servidores administrativos também, que deram suporte.

Nós fizemos a primeira conferência no segundo semestre de 2017. Quando fizemos a conferência, Marli citou o exemplo, nós tínhamos concluído – não lembro agora de todos os números – 16 audiências públicas com os conselheiros e conselheiras dirigindo, com os servidores da Sedur e da Conder viajando sem diária, sem condição alguma. E mais de 3 mil pessoas tinham participado de cada uma das audiências nas diferentes regiões do estado.

E nós construímos, João – parabenizar também por seu trabalho –, uma política estadual de habitação, uma política estadual de saneamento, uma política estadual de mediação de conflito, de desenvolvimento urbano. Nós implantamos na Bahia, finalmente, o planejamento urbano.

E a política de habitação, eu pedi autorização ao ex-governador Jaques Wagner. Ele me autorizou, posso contar. A política de habitação, Lula pediu a ele, ele me botou com Dilma, nós pegamos a nossa, e, todo mundo sabe, a nossa era o Casa da Gente – entregamos 33 mil casas em 3 anos. E apresentei para o presidente Lula e apresentei para a ministra Dilma a ideia da contrapartida – que, na época, a gente

fazia no PSH, na 460, na 518, no Pró-Moradia – ser feita no PAR. Ela na hora ligou para Jorge Hereda, ligou para Inês de Magalhães.

Então, nós podemos ter o orgulho... claro, crédito político de Dilma e Lula! Mas nós podemos ter o orgulho de que o Minha Casa Minha Vida é também cria do Conselho das Cidades, da experiência de Jaques Wagner, da nossa história. É uma coisa que, acho, o Brasil não sabe, talvez não vá saber nunca, mas é um fato.

A política de saneamento, Água para Todos, saiu dali também, estava no programa de governo. E, aí, quero citar também aqui, na ausência, a Prof.^a Ângela Gordilho, a Prof.^a Ana Fernandes, Prof. Moraes e tantos outros (palmas) que nos ajudaram desde a universidade.

Então, o Água para Todos, João, a primeira de Milton, não está aqui... mas acho que foi o primeiro estado a ter mediação de conflito fundiário urbano conduzido pelo Conselho das Cidades. Ao final do primeiro governo Jaques Wagner, na Casa Militar tinha pedido... e a equipe que fazia mediação de conflito urbano, Marli, passou a fazer mediação de conflito rural durante o primeiro governo Jaques Wagner. Não sei se nos outros houve, mas durante o primeiro governo, até onde acompanhei, nunca houve uma reintegração de posse com trabalhadores e trabalhadoras, gente pobre, sendo retirada da área que ocupava. Era feita uma mediação, e se houvesse a saída da área, era uma saída organizada.

Quero dizer também de uma outra experiência, secretário Demir, muito positiva e que hoje para vocês é...

Saudar Copelo e parabenizá-lo por sua trajetória também no setor.

E dizer que nós implantamos no Conselho das Cidades – não estou falando para os conselheiros, estou falando para a história, vocês sabem disso –, na Câmara Técnica de Saneamento, com a presença de órgãos previstos na Lei Federal nº 11.445,... quem passou a fazer a revisão tarifária, o reajuste tarifário deixou de ser o governador, passou a ser o Conselho das Cidades.

E eu me lembro quando o Conselho das Cidades ia apreciar uma revisão tarifária, que é diferente de reajuste, reajuste pega INPC e tal e majora a tarifa de água e esgoto... Nós íamos fazer uma revisão e nós subtarifamos, porque paga tarifa, nós diminuimos o custo da água para o Casa Popular, Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida (palmas) e sobretarifamos os grandes consumidores, gente que irriga campo de golfe, campo de futebol, como tem hoje, com a água potável.

E eu ia viajar com o governador Jaques Wagner e ele disse: “Não é hoje?” E nós... Claro que ele sempre foi consultado! E eu levava a posição do governo para o conselho e debatia no conselho! Como disse Marli: “Marca horas e horas de debate”. E quando fui viajar com ele, Maria, ele me perguntou, Demir: “E a redução tarifária?” Eu falei: “Está em boas mãos”, Lucy. E Lucy é um exemplo de como o setor privado pode construir concertação junto com os movimentos sociais. Você nos orgulha muito, Lucy, muito querida. (Palmas)

E eu disse: “Governador, está em boas mãos”. E ele disse: “Como é que vai ser isso?” E eu disse: “Fique tranquilo que o Movimento de Luta pela Moradia vai conduzir o Conselho”. Ele passou a mão pela cabeça.

E foi Delmário quem conduziu a reunião do Conselho das Cidades. E nós fizemos uma revisão – me arrepiei, acreditem – tarifária que até hoje não aconteceu em nenhum outro lugar do Brasil, nós subtarifamos os mais pobres e sobretarifamos os mais ricos. Água é cara! Água que a gente em Salvador, vem de Pedra o Cavalo, mas ela ficou mais cara para os ricos e ficou menos cara para os mais pobres.

Eu vou citar outra, digamos assim, experiência muito especial do Conselho das Cidades e ressaltar que é o esforço que está nas nossas mãos de implantar a gestão, elaborar e debater o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana, o ente metropolitano, precisamos avançar nisso.

Vamos ter que superar os obstáculos criados pela prefeitura de Salvador que, infelizmente, ainda não entendeu a importância e parece que isso é uma linha política.

Ontem, para encerrar minha fala, presidente... Eu não vou poder fazer todas as homenagens que eu gostaria, mas tenho que falar desses conteúdos, digamos assim, porque esta é uma hora de celebração, mas é uma hora, também, Daniel, de atualização do nosso programa político de reforma urbana, não é?

Essa agenda, pessoal, vem desde o primeiro congresso de arquitetos no Brasil, se não me falha a memória, em 62, depois o Regime Militar adotou uma série das políticas e, não me lembro de todas as datas, mas acho que a gente teve o sistema financeiro da habitação, BNH, foi uma pesca que foi feito do que era a agenda da reforma urbana e nós, ontem, derrotamos o governo Temer que com a Medida Provisória 818, eu conduzi meu partido no Plenário, queria mutilar o Estatuto da Metrópole.

Quero saudar, lembrar a memória e os ativistas aqui, quase todo mundo conviveu, teve a felicidade de conviver com Zezéu Ribeiro, aquele Estatuto da Metrópole (palmas) tem a marca do ativismo político de Zezéu como urbanista e eles...

(Manifestação no Plenário: “Zezéu Ribeiro, presente.”)

Presente, Zezéu Ribeiro, presente. Parabéns, Girino. Girino, pessoal, é esse companheiro querido. Lembro-me que na Primeira Conferência das Cidades, posso contar, porque aconteceu lá, todo mundo viu, tinha um conchavo para tirar delegado. Aí, Girino queria sair delegado e, digamos assim, as coordenações dos movimentos nos setores estavam combinadas, não tinha Girino na chapa. Girino foi lá, se articulou, fez uma defesa, ganhou de lavada (palmas), espero que vocês entendam a homenagem. (palmas), Girino, catador de papelão, ativista...

Quero dizer a vocês que nós conseguimos derrotar o governo. Imaginem que eles queriam tirar até o nome de Plano Diretor Urbano, queriam dizer que era regional metropolitano, o que tiraria a incidência do Estatuto da Metrópole dos...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) aglomerados urbanos e nós conseguimos derrotar isso. Eles queriam acabar a obrigatoriedade de audiências públicas para elaborar planos de desenvolvimento urbano integrado. Quer dizer, o ente estadual ia elaborar um plano e não precisava fazer audiência pública nos municípios. E eles queriam acabar o que seria o correspondente do Conselho das Cidades na Região Metropolitana, que tem um órgão

executivo de prefeitos e tem um conselho de movimentos sociais, setor privado, setor público, universidades, pesquisadores, digamos assim, seria o Conselho das Cidades da Região Metropolitana. Eles queriam acabar isso e nós conseguimos derrotar ontem o governo Temer, o PLV que é o Projeto de Lei de Conversão, é o relatório e conseguimos, também derrotar. Eles não botaram para votar ontem, por causa da nossa obstrução, a MP que privatizaria a Eletrobras. (Palmas.)

Eu acho que essa luta nossa na Câmara, no Congresso, ela é caudatária dessa experiência.

Então, quero saudar a União, a CMP, o MT, a Fabes, parabenizar o trabalho de vocês. Eu vou tentar cumprir o tempo e dizer a vocês, saudar – Nelson teve que sair – mas Nelson vem conosco nessa trajetória, também, e dizer que nós temos pela frente muita luta. Marli... Nelson, estava saudando-o, parabenizando-o. Bom, vou encerrar minha fala, só lembrando uma pauta que está na agenda e Marli citou.

O governo Temer, infelizmente, a gente ainda tem muita coisa para fazer, tem muita tarefa nossa. Por exemplo, estou tentando encontrar alguém do setor de saneamento, no sentido da Embasa, da Cerb. A gente ainda tem que integrar mais o movimento de luta pela moradia com o setor de saneamento. Está provado que privatização do setor, quando alguém propõe, é porque desconhece a legislação e a Constituição. O patrimônio que uma empresa, secretário Ademir, de saneamento investe, seja um SAAE, seja uma empresa estadual com recursos do AG-1 ou com empréstimos, subsidiado, do FGTS e tal, é do município. E se for privatizar a empresa, os ativos, a estação de tratamento, a rede de esgoto, e a rede de água, não vende. Eles estão querendo vender a Empresa de Saneamento do Rio de Janeiro. O governo Temer já botou em consulta uma MP para acabar os contratos de programa. O que é contrato de programa? A forma através da qual a empresa estadual tem aprovação pela Câmara de Vereadores, enviado pela prefeitura, de um contrato de prestação de serviço.

Por que é que nós precisamos que seja a Embasa? Pessoal, a maioria dos municípios baianos, no semiárido, a água vem de 300, 400 Km de distância. Sabe como é que isso é viável? Na medida em que há municípios que dão renda. Na Bahia, não me lembro agora, 9 municípios, 10, são superavitários. A maioria é deficitária. Então, para cobrir o gasto para botar água no sertão com adutora, e tal, construindo barragem, tem que a mesma empresa prestar o serviço público na capital, nas grandes cidades. Salvador e Feira de Santana, a água vem de Pedra do Cavalo. Imagine!

Então a próxima investida do governo Temer é essa. É privatização do setor de saneamento, dito pelo PMDB e se eles ganharem a eleição. Isso eu considero luta da cidadania. Então estar aqui com vocês é uma honra. Parabenizar Maria pelo mandato de deputada, pela luta como ativista da reforma urbana na presidência da Conder; parabenizar o Secretário Ademir, a gestão do governador Rui Costa e, agora, essa tarefa que é uma tarefa gloriosa para nós, participar com os Conselheiros e Conselheiras dessa experiência histórica.

E vamos lutar para eleger um novo quadro de representação da Bahia com vocês, com o povo baiano, que é a liderança do maior líder político da história

recente da Bahia, o governador Jaques Wagner e agora, infelizmente, sendo superada e felizmente, também, pelo governador Rui Costa.

Um abraço carinhoso e obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula):- O Desenvolvimento Urbano, deputado Afonso Florence, já fez aqui na Casa um debate sobre a questão da privatização do saneamento. Trouxemos Abelardo para fazer o debate. Acho que esse é um debate extremamente importante e que já aconteceu.

Quero passar a palavra agora para o deputado Nelson Pelegrino. Mas, antes, deputado, quero registrar a presença de Graça Torreão, também nossa ex-superintendente da Conder, membro do Conselho (palmas); cumprimentar Gabriel Santos, diretor do Sindicato dos Rodoviários, está aqui conosco hoje, estiveram em processo de greve e hoje já conseguiram avançar nesse processo; Edmário dos Santos Batista, do ConCidades; Irineu Ferreira, lá de Itambé. (Palmas) Obrigado, Irineu. Antônia Caldas Melo, conselheira do ConCidades também, representante de Salvador. Raimundo, nosso membro e superintendente na área de saneamento. (Palmas) Obrigado, Raimundo, pela sua presença, conselheiro do ConCidades, Secretaria da Infraestrutura.

Eneida de Souza, conselheira; Naelsion, do Movimento Popular Social, conselheiro também, estava aqui tirando as fotos; Maria Selma, da UMP, União por Moradia Popular, obrigada. Conselheira também Uilma do segmento dos trabalhadores; Luís Cláudio, conselheiro também do ConCidades; Manuela, nossa conselheira; Lucas Hipólito dos Santos, conselheiro; Agnaldo Matos Batista, conselheiro, do Sindicato dos Bancários da Bahia; Maria José Alves, conselheira do Poder Público Municipal de Juazeiro; João Pedro da Silva Neto, conselheiro da Prefeitura Municipal de Juazeiro; Gilvan Vasconcelos Venceslau, conselheiro do ConCidades da Prefeitura Municipal de Aurelino Leal; e os representantes do segmento Legislativo Municipal e Executivo Municipal; Flávio Filgueiras Santos, conselheiro do ConCidades da Prefeitura de Jequié.

Com a palavra o deputado Nelson Pellegrino. (Palmas)

O Sr. NELSON PELEGRINO:- Bom, boa tarde a todos e a todas, é um prazer novamente voltar aqui a esta tribuna. Toda vez que participo de uma sessão especial, eu registro isso. Porque é sempre uma emoção, eu passei oito anos subindo esta tribuna. Então quando subo sempre olho para o lado e lembro do meu amigo deputado Paulo Jackson ... (palmas) ... um grande deputado. Foi diretor do Sindae. Mas também era um deputado preocupado com as questões urbanas, principalmente a área de saneamento. Então é sempre uma lembrança muito presente.

Quero saudar a todos e a todas dos movimentos populares, profissionais de arquitetura, de engenharia, todos os ligados ao planejamento urbano, à visão de cidade sustentável. Parabenizar a deputada Maria del Carmen, essa batalhadora, (palmas) essa mulher que tem uma longa história em defesa da reforma urbana na Bahia e no Brasil. Maria que tem longos anos, não vou citar quantos aqui, de serviço

público. Eu sempre brinco que não tem um lugar neste estado da Bahia que não tenha a mão de Maria del Carmen. Nos diversos cargos públicos por onde ela passou, as diversas funções que ela exerceu, pôde dar a sua contribuição para melhorar a vida das pessoas e também para construir um ambiente de moradia, de estar melhor para as pessoas.

É simbólico que Maria que lutou tanto pela reforma urbana neste país, que lutou pelo Estatuto das Cidades, que lutou pelo Ministério das Cidades, que lutou pela instalação dos conselhos, o Conselho Nacional, o Conselho Estadual das Cidades e protagonizou a instalação do Conselho Estadual, abre as portas desta Casa para que se possa fazer o registro desses 10 anos de existência do Conselho Estadual e marcar todos os feitos, todas as conquistas que, ao longo desses 10 anos, de forma participativa, de forma porosa, e que a sociedade civil e os movimentos sociais tiveram oportunidade de não só influir em políticas pública, bem como determinar políticas públicas no âmbito do planejamento urbano, no âmbito da construção de cidades melhores, cidades sustentáveis.

Quero cumprimentar o deputado Afonso Florence, meu amigo, deputado federal, que como secretário estadual do Desenvolvimento Urbano instalou o Conselho, presidiu o Conselho e deu uma contribuição também enorme, ele que sempre teve como marca da sua gestão o diálogo permanente com os movimentos sociais, com movimentos organizados. Eu acho que a sua gestão na Secretaria de Desenvolvimento Urbano foi uma gestão que todos consideram muito importante do ponto de vista do diálogo, mesmo com as divergências, mas sempre procurando compor, sempre procurar buscar o caminho da negociação. É uma característica de Afonso isso, sempre negociando, conversando, procurando compor. Quero saudá-lo nesse sentido; saudar Ademir que aqui representa o nosso governador Rui Costa, o nosso secretário do Desenvolvimento Urbano; a vereadora Marta; Lucy; Angélica que está aqui representando a Procuradoria; Ronaldo Nascimento Santana; a nossa querida vereadora Marta Rodrigues, ela que tem uma longa trajetória de luta (palmas) pela cidade e está aí a frente da luta contra esse BRT motosserra, porque além de não ser a melhor solução para a cidade, certo? Porque se fosse a melhor solução nós até poderíamos discutir compensações ambientais. Além dos impactos ambientais equivocados que essa intervenção tem, ela não é a melhor solução para a cidade. Acho que a fala do nosso ex-governador Jaques Wagner, na minha opinião, é ilustrativa nesse sentido.

Eu me lembro, participei intensamente do debate quando estava se discutindo qual seria o melhor modal para Salvador. Existia uma disputa com relação ao BRT, ao VLT, ou a implantação do metrô, porque já havia o metrô “calça curta”, e a opção – Afonso participou disso porque era secretário na época também –, do governo Jaques Wagner foi pelo metrô porque era o modal definitivo, era o modal que não só poderia permitir, como hoje permite, transportar 350 mil pessoas diariamente, poderemos chegar a 500 mil muito em breve, mas era uma solução definitiva.

E a gente via muito que o *lobby* que havia na época do BRT era o *lobby* das grandes empreiteiras da cidade, juntamente com os empresários de ônibus que não queriam perder passageiros. E isso é verdade porque o metrô tirou 200 ônibus da

Paralela, mas paciência, é o desenvolvimento, é a tecnologia. A gente não pode ser contra a tecnologia, a gente tem até que dialogar com a tecnologia. Mas, infelizmente, aquele projeto totalmente defasado, na época, e que foi, digamos assim, colocado de lado pelo governo do estado porque não era a melhor solução, nesse trecho que é o trecho da Vasco da Gama, Juracy Magalhães, Av. ACM e uma perna da Av. Antonio Carlos Magalhães para a Pituba é que é um projeto que tem muito da mão dos interesses dos empreiteiras de construir os viadutos. E a prefeitura, teimosamente, infelizmente temos que dizer que é uma forma teimosa, a prefeitura quer manter um projeto que é totalmente defasado, anacrônico, que não se integra com o modal definitivo da cidade que é o metrô. No mínimo, se o prefeito tivesse alguma responsabilidade com a cidade, ele tinha que fazer um VLT nesse trecho para complementar, para trazer o fluxo da Pituba, trazer o fluxo da Vasco da Gama, trazer o fluxo da Juracy Magalhães para a região da grande Pituba, para o aeroporto e para o miolo. Porque todos nós sabemos que o grande fluxo da cidade do Salvador, principalmente nos últimos anos, é o fluxo do miolo – que é a região de Cajazeiras, Pau da Lima, Castelo Branco – para a região da grande Pituba; e o fluxo do Subúrbio para a região da grande Pituba. E o que é a região da grande Pituba? É o Iguatemi; é a Tancredo Neves, que virou o centro de serviço da cidade; são os shoppings centers daquela região; é o próprio Itagira; Caminho das Árvores; o bairro da Pituba, onde você tem um fluxo, deslocamento de serviços, de domésticos para essa região também, e que as pessoas levavam uma hora e meia, 2 horas, no horário de pico, para chegar. E, hoje, com o metrô, já se encurtou muito isso.

E com essa nova etapa que virá, que é o metrô chegando até Castelo Branco, vai chegar a Cajazeiras – está aqui meu amigo Copelo... Estou falando todas essas coisas porque Copelo me ensinou tudo aqui, estou aqui fazendo os ensinamentos de Copelo. Copelo fala tudo para mim. Então, nós vamos trazer toda a população do miolo para a região da grande Pituba e de lá, evidentemente, o sistema de transporte vai distribuir. E com o VLT, que já foi anunciado – felizmente, bateu-se o martelo essa semana na bolsa de valores, o consórcio com a PPP –, que vai trazer, também, todo esse fluxo do Subúrbio para a região da grande Pituba, com – foi dito aqui pelo ex-governador Jaques Wagner, também – os corredores estruturantes, que se fizeram fundamentais. O primeiro deles foi a Gal Costa, que ficou incompleta e que, agora, o governo do estado está completando, duplicando com viaduto de integração com a Pinto de Aguiar. A Luís Eduardo, também, num segundo momento. E, agora, a 29 de Março, que é fundamental. Você vai vir de Paripe, pega a estrada da Base Naval, no viaduto de Águas Claras você pega a Via Regional, pega Cajazeiras VI, rompe o miolo e vai bater, justamente, na Paralela, na altura da Orlando Gomes. Com o viaduto você vai chegar até a Orla. E, também, a ligação que está sendo feita pelo Subúrbio, onde você, na altura do antigo Motel Mustang, vai entrar, vai entroncar com a BR-324, e, também, vai fazer a integração com todo esse modal.

Então, na verdade, eu queria dizer que o governo do estado está mudando totalmente a mobilidade urbana da cidade do Salvador, que sempre teve muitas carências. Quero cumprimentar Fátima, Vidal, Luci, minha amiga, aqui, que representa o sindicato, em especial Marli Carrara, também, nossa companheira da

União de Moradia. Eu, para concluir, diria o seguinte: acho que os 10 anos do Conselho das Cidades são o coroamento de uma luta que é histórica. E aí não se pode falar na luta pelo desenvolvimento urbano, pelas cidades sustentáveis, pela reforma urbana, sem citar uma figura que já foi citada por vários que me antecederam aqui, que é o ex-deputado Zezéu Ribeiro. Zezéu Ribeiro teve um papel marcante, um papel importante nesse sentido. Eu me lembro muito bem na década de 70, final da década de 70, com vários movimentos, com um trabalho conjunto, por exemplo, que era uma coisa importantíssima. E uma série de movimentos que existiram não só aqui, em Salvador, na Bahia, como no Brasil inteiro. Também a importância do MDF, o Movimento de Defesa do Favelado. O padre Confa teve um papel importante nesse sentido, foi quando se discutiu a questão das favelas. O Movimento de Moradia Popular, a Central dos Movimentos Populares. E eu sempre cito porque em Salvador é muito emblemático o fenômeno que aconteceu no Brasil inteiro. O Brasil foi um país que, entre a década de 50 e a década de 70, teve a maior mobilização populacional do planeta: nós tínhamos quase 80% da população que viviam nas zonas rurais e, em 20 anos praticamente, essa população se deslocou para os grandes centros urbanos. No caso de Salvador não foi muito diferente. Só que no caso de Salvador com uma dramaticidade, porque o então prefeito da época, Antonio Carlos Magalhães, fez uma reforma da lei de uso do solo urbano, e 80% das terras que eram da municipalidade foram privatizadas. E com essa privatização essas terras viraram terras de engorda em Salvador.

No primeiro momento, com o Centro Industrial de Aratu – primeiro foi com a Refinaria Ladulfo Alves, mas depois foi com o Centro Industrial de Aratu –, depois com o Polo Petroquímico, houve também um deslocamento populacional muito grande do interior na busca de empregos na cidade e na Região Metropolitana.

E o que aconteceu? Essas pessoas chegavam aqui em Salvador e não tinham onde morar porque as principais terras da Paralela, as principais terras melhores estavam todas para a especulação imobiliária. E o que sobrou para essas pessoas? As pedreiras abandonadas, as encostas, os morros nas avenidas de vale. E essa ocupação de seu deu de forma totalmente desorganizada, desordenada, criando um grande problema, porque chegava e não tinha arruamento, não tinha planejamento urbano, não tinha um posto de saúde, não tinha a escola, a creche, não tinha um emprego próximo. E, portanto, criando graves e muitos estruturais problemas urbanos, muito mais difíceis de serem corrigidos depois.

Isso não foi só a realidade de Salvador, foi a realidade do Brasil inteiro. E por isso, acho que é um marco importante em 2001, que é o Estatuto das Cidades. Mas principalmente a partir do governo do presidente Lula – essa justiça tem que ser feita –, com a criação do Ministério das Cidades, que é o desaguamento, que é o desdobramento de toda uma luta histórica que foi feita por urbanistas e militantes do movimento popular do Brasil inteiro. E se materializou nesse sonho, quando Lula chegou à presidência da República, criando o Ministério das Cidades. E a partir da criação do Ministério das Cidades intensificou-se a criação de políticas públicas no sentido de corrigir essa omissão cinquentenária no planejamento urbano.

Então não só o Estatuto das Cidades, os planos diretores, vários instrumentos se fizeram no sentido de buscar não só corrigir o passado, mas acima de tudo planejar o futuro. E é dentro desse contexto – seja o Estatuto das Cidades, seja com o Conselho Nacional, os conselhos estaduais – que se pensou esse planejamento urbano, não como uma coisa meramente acadêmica, uma coisa meramente técnica, mas como uma questão que tinha que ter a participação popular, tinha que ter a participação da sociedade organizada nesse planejamento, porque não é possível fazer planejamento sem que haja a permeabilidade dessa participação.

Então foi dentro desse contexto que os conselhos estaduais foram instituídos e nesse sentido nós começamos no governo do presidente Lula a construir políticas públicas de planejamento, de construção de cidades sustentáveis, de fazer as correções históricas cinquentenárias da falta dessa ocupação que aconteceu sem nenhum planejamento, sem nenhum tipo de intervenção por parte do poder público.

Então não poderia também deixar de concluir e fazer uma homenagem a esse que deu uma grande contribuição para o desenvolvimento urbano neste país, que começou a construir políticas públicas estratégicas, que é o presidente Lula, que hoje está preso sem cometer crime, sem prova. O único crime do presidente Lula foi dar de comer para 40 milhões de brasileiros, dar 10 milhões de empregos com carteira de trabalho assinada, de fazer políticas públicas com nosso povo. Infelizmente, para essa elite que está aí – que nunca pensou nesse país, nunca teve a capacidade de construir um projeto de desenvolvimento urbano para o país e só um operário, juntamente com todos os setores da sociedade, teve condições de fazer isso –, infelizmente para essa elite brasileira isso é um crime. E é por isso que Lula está preso. Lula livre! (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula):- Continuar fazendo o registro e agradecer a presença dos conselheiros: Adeildo Ferreira da Silva, representante de Salvador; Jorge Dantas de Sousa, conselheiro estadual das Cidades que representa a prefeitura de Itiúba; José Carlos Nunes, assessor de gabinete, conselheiro estadual da prefeitura de Lajedo do Tabocal, lá longe; de Paulo Roberto Guirra, da prefeitura de Buerarema, seção dos agricultores, conselheiro também; de Antonisa Vieira Vale, conselheira do Conselho das Cidades que representa a CMP, Central de Movimentos Populares; de Henrique Barreiros, conselheiro, do Sindicato dos Arquitetos. Obrigada, Henrique, você está sempre presente e discutindo conosco; de Valdemir Souza, conselheiro do Território do Recôncavo, de Santo Antônio de Jesus; de Hamilton Silva Santos, conselheiro das Cidades, CMP; de Carlene Santos Santana, do ConCidades/BA, também é conselheira; de Charles Matos Figueiredo, território Litoral Sul; Jacy Britto Ribeiro, ex-conselheira, também está aqui conosco.

Quero registrar aqui duas informações: uma, da nossa conselheira Antônia Mamusca, que nos comunica que no dia 29 de maio o município de Santo Antônio de Jesus estará fazendo 138 anos. Ela representa aí Santo Antônio de Jesus. Amanhã – aí é um comunicado para todos os conselheiros – Abelardo, que foi o nosso primeiro secretário nacional de Saneamento no governo do presidente Lula, vai estar no pleno

do ConCidades, falando sobre a privatização do saneamento. Ele já o fez aqui na Assembleia, como eu já tinha dito.

Passar a palavra agora para uma saudação da nossa vereadora Marta Rodrigues. (Palmas)

Essa vereadora que faz a diferença a todo momento, que o povo de Salvador finalmente fez justiça, que volta aí para o debate, para a discussão, sobre todos os temas que são de interesse da cidade.

A Sr.^a MARTA RODRIGUES:- Boa tarde a todas e todos, queria saudar a nossa querida deputada estadual Maria del Carmen, proponente desta sessão. Neste dia de hoje a gente fica feliz em estar aqui celebrando 10 anos do Conselho das Cidades. E, Maria, você como autora e também militante desta causa, sua militância aguerrida na Bahia inteira... e aqui a gente percebe a cada momento de registro de conselheiro. Então a Bahia está bem representada aqui nesta Casa.

Então, em seu nome, saudar todos os membros da Mesa, para poder ganhar tempo, fazer uma saudação breve, porque sem gasolina, com a greve dos caminhoneiros, os postos estão tomando conta e a cidade já está um pouco parada.

Mas, Maria, celebrar 10 anos do Conselho das Cidades é um momento que merece uma sessão como esta e é um momento de celebração, porque é um conselho que está enraizado, tem lastro social, e a maioria da sua composição é da sociedade civil. Isso também demonstra o compromisso desde lá atrás com o governador Jaques Wagner, quando tomou essa posição.

Então, esse, para a gente, é um momento também de felicidade em estar aqui com tantos movimentos importantes que constroem a luta desta cidade: a União de Moradia Popular, CMP, Frente de Luta por Moradia, MD e MT, FABS, Conam e tantas outras aqui, para a gente não esquecer. Mas todas essas entidades são importantíssimas na construção dessa luta e pautando também o Poder Público, deputada Maria, com demandas reais e concretas.

Então, fico feliz em estar aqui celebrando os 10 anos do Conselho Estadual. Mas é para a gente ver o paradoxo, não é?! Fico triste, porque o Conselho Municipal das Cidades sequer analisou o projeto do famigerado BRT. Imagine!

Na Câmara, já está tramitando o projeto também de mobilidade urbana. Esse projeto que está na Casa – para os dois deputados que estão na Mesa, os deputados Afonso Florence e o deputado Pelegrino – é projeto que vem só com as diretrizes da política, e que o prefeito, no art. 2º, já determina que vai ser na canetada para elaborar, imaginem, o Plano de Mobilidade Urbana!

Nesse plano está colocado o quê? Que nas diretrizes, o BRT era fruto também desse debate. Então, o prefeito faz tudo equivocadamente: começa a fazer antes, sem licenças ainda – as licenças todas não tem, a licença da outorga dos dois rios, Rio Camarujipe e Lucaia, não tem ainda essa licença –; não tem o estudo de impacto de vizinhança, só o ambiental, porque é a própria prefeitura que fornece; os quatro elevados que serão construídos é a metade da obra.

A deputada Maria, em 2017, fez uma audiência pública aqui para discutir o BRT. Então, lá atrás, há um ano aconteceu aqui, para a gente estar sintonizado.

Também, para dizer aos dois deputados que está lá: o Ministério das Cidades recomenda, no seu manual, que para uma demanda de BRT, em qualquer local do Brasil, tem que ter uma demanda por hora de 15.000 a 45. E o daqui de Salvador não justifica porque não tem.

Então, são diversas aberrações que vêm acontecendo na nossa cidade. Sei que todas as entidades têm acompanhado todos os movimentos que vêm acontecendo no domingo, ali no canteiro. Mas a gente precisa intensificar. Acho que é com essa linguagem que nós vamos conseguir – com a pressão, com a mobilização – dar uma parada nesse absurdo, que é o BRT com o menor percurso, mas é o mais caro – para você dizer na rádio, Wenceslau –, entre as outras capitais que já fizeram.

Então, para a gente ver como é difícil uma relação dessa. E o pior, sem nenhum debate com a população e com a sociedade civil. Isso para a gente é muito triste. Nós precisamos virar isso aí para melhorar.

Como eu tenho feito lá na Câmara, também pedimos daqui a sensibilidade do prefeito para retirar, parar a obra, chamar a população e apresentar uma outra alternativa dialogada com a população.

Era isso. Parabenizá-la, Maria, pela sua militância. Nós estivemos, na segunda-feira, na Politécnica, debatendo lá também com os estudantes as polêmicas contemporâneas, que foi sobre mobilidade urbana. Estávamos, lá, fazendo esse debate. Então, parabenizá-la e dizer da importância deste momento aqui e de tantos outros que acontecem nesta Casa, e que você é essa protagonista que busca todo dia inserir a população no debate.

Por isso, eu digo aqui para vocês, concluindo: Lula livre. Lula inocente. Lula presidente. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula):- Eu queria relembrar duas pessoas muito importantes nesse processo e que não estão aqui hoje. Uma delas, a nossa companheira, amiga Eleonora Menicucci, que não está aqui hoje, pois está num seminário em São Paulo. E uma pessoa que foi muito, muito importante desde o primeiro momento da criação do Ministério das Cidades, como superintendente Nacional de Habitação, e depois, mais tarde, como presidente da Caixa, o companheiro e amigo Jorge Hereda. (Palmas) Não podia deixar de fazer essa homenagem a eles.

Passar a palavra agora para o nosso secretário Ademilton Barbosa, que representa neste ato o governador.

O Sr. ADEMILTON BARBOSA:- Boa tarde a todas e todos.

Quero primeiramente agradecer a Deus pela oportunidade que me dá hoje de estar aqui, nesta Casa Legislativa, presidindo esse Conselho Estadual das Cidades. Para mim é uma honra muito grande estar também como secretário de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia.

Quero começar cumprimentando a Mesa, na pessoa da presidente e hoje deputada Maria del Carmen Lula, que preside esta sessão solene; quero cumprimentar o Sr. Membro da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara Federal, meu querido amigo deputado Afonso Florence. Afonso, realmente para mim é um prazer estar lá na frente, depois de 10 anos, lhe sucedendo como presidente desse conselho, e também estar à frente da secretaria, onde você passou ali também, essa secretaria muito importante do estado da Bahia.

Quero cumprimentar o nosso deputado que acabou de sair, Nelson Pelegrino, nosso amigo Nelson; quero cumprimentar também a Sr.^a Procuradora Maria Angélica dos Santos Rodrigues. Obrigado pela presença, aqui representando o nosso procurador-geral do estado Paulo Moreno. Quero cumprimentar o Sr. Conselheiro Substituto Ronaldo Nascimento de Santana, aqui representando o presidente do Tribunal de Contas dos Municípios; Sr.^a Vereadora, e minha amiga, Marta Rodrigues, essa lutadora; quero cumprimentar a Sr.^a Representante do Segmento Profissional de Entidades Acadêmicas e Pesquisas do ConCidades, Fátima Vidal; a Sr.^a Conselheira do Segmento Empresarial do ConCidades, Lucy Maria Marques de Carvalho; e a Sr.^a Representante do Segmento Movimentos Populares e Sociais do ConCidades, Marli Carrara.

Quero cumprimentar aqui também essa pessoa que é de grande importância no ConCidades, pelo que já percebi, que é Mical Barreto, essa pessoa que realmente está à frente ali, como secretária executiva do ConCidades, desse conselho. Uma salva de palmas para ela (Palmas) e para a sua secretária também, que está ali, junto a ela, sempre acompanhando. Não poderia também deixar de cumprimentar o nosso grande amigo Copelo e Greice, que está aqui presente.

Quero cumprimentar todos os conselheiros e conselheiras do ConCidades, agradecer a presença de todos vocês, agradecer a esta Casa pela oportunidade de estar dando e abrilhantando esta festa maravilhosa aqui, hoje. Para mim, realmente aqui são duas responsabilidades, minha querida presidenta, de estar aqui, tanto como presidente do conselho como representante o nosso governador Rui Costa. Quero dizer que para mim é um prazer muito grande. É gratificante, realmente, este momento.

Todos que me antecederam aqui realmente falaram aquilo que vocês queriam ouvir, tudo o que vocês realmente vieram para ouvir. O ConCidades realmente tem uma importância muito grande para o desenvolvimento urbano das cidades da nossa querida Bahia. Quero dizer que essas políticas públicas realmente foram implementadas, aperfeiçoadas e implantadas a partir do governo do Luiz Inácio Lula da Silva, o nosso querido Lula, do nosso querido ex-governador Jaques Wagner, que esteve aqui presente, e do nosso hoje querido governador Rui Costa, que aqui represento. Quero dizer que, quando fiz a opção, deputado Florence, de mudar de lado, de mudar de direção na minha vida política, porque quando não tive... E queria falar isso para o governador Jaques Wagner: hoje estou como secretário graças a um dia ter sido conquistado pelo carisma e pelo carinho do ex-governador Jaques Wagner. Esse, como bem citou o nosso deputado Afonso Florence, é uma pessoa que realmente, na história recente da Bahia, é o grande líder político, uma pessoa que

realmente está hoje nas histórias da política da Bahia como uma pessoa que conseguiu unir a Bahia, a nossa querida Bahia.

Eu, que venho lá do Oeste da Bahia – como o nosso querido amigo Gerino, que está, ali, representando esta Bahia, Barreiras –, não poderia deixar de neste momento parabenizar a cidade de Barreiras, que estará completando 127 anos de emancipação política no dia 26, no próximo sábado. (Palmas) Barreiras tem também o prazer de ser uma cidade que hoje é administrada pelo meu irmão Zito Barbosa. Quero aqui aproveitar os canais e a *TV Assembleia* para mandar um abraço para todo o Oeste, para toda a Bahia e em especial para Barreiras: para o prefeito, para a vice-prefeita, para todos os vereadores de Barreiras e para todos de Barreiras por essa passagem importante da comemoração de mais um ano de emancipação política.

Dizer que, quando eu realmente aderi e vim para o governo de Jaques Wagner e estou hoje aqui como secretário do governo Wagner, como já falei e citei, pela conquista que ele me fez, pelo abraço que ele me deu e me chamou para fazer parte desse grupo político que está, realmente, transformando a Bahia e que com o ex-presidente Lula e a ex-presidente Dilma transformou o nosso país, melhorou a condição de vida das pessoas, principalmente as pessoas mais carentes.

E aqui cumprimento todos que estão defendendo os movimentos sociais e quero dizer que acreditei e acredito neste governo que está aqui, hoje, comandando o nosso estado da Bahia. Dizer que ele tem realmente compromisso com a Bahia, com o povo e com as cidades, com as nossas cidades. Nós temos 417 cidades na Bahia. E através desse governo, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, nós temos alcançado esses municípios, levando a transformação no desenvolvimento urbano.

E, como já foi dito aqui, hoje os avanços que a cidade de Salvador tem ganhado com a gestão do governador Rui Costa, e através da Sedur, e através hoje da Sumob – quero abraçar aqui e parabenizar a nossa superintendente da Sumob, Greice, juntamente com o nosso presidente da CTB, Copelo, pelo trabalho e dinamismo de vocês, que realmente têm ajudado na mobilidade urbana da nossa cidade. E, com certeza, como disse para você ontem, Copelo, vocês ficarão na história de Salvador, na história da Bahia como aqueles que realmente estiveram juntos na construção do nosso metrô, das linhas 1 e 2, e agora do VLT, que vai se tornar um sonho para o nosso Subúrbio Ferroviário de Salvador.

Quero dizer que a mobilidade urbana que está acontecendo em Salvador nós precisamos trabalhar no ConCidades, com Mical, com todos os conselheiros, para que possa acontecer em todos os municípios do estado a Bahia. Como temos que também pensar em todas as políticas urbanas para que possamos melhorar a qualidade de vida das pessoas, porque sabemos que as pessoas moram na cidade e precisam ter essa atenção especial por parte do governo federal. E, infelizmente, o governo que está hoje não nos representa, não representa o povo baiano, não representa o povo brasileiro, porque, como já foi dito pelos que nos antecederam aqui, é um governo ilegítimo que não tem representação nenhuma.

E nós temos a certeza de que logo, logo, em poucos meses, estará terminando esse governo. E nós teremos, quem sabe, no próximo ano, uma história com um novo

governo, um governo que tenha compromisso, realmente, com os movimentos sociais, um governo que tenha compromisso, realmente, com as pessoas e com os municípios.

E, como eu disse aqui, como prefeito que já fui de um município lá no Oeste da Bahia, o município de São Desidério, dizer a vocês que eu tenho comigo, deputada, deputado, todos conselheiros e conselheiras, porque temos que ter essa visão de cuidar dos municípios e das cidades, porque as pessoas moram nas cidades, moram nos municípios, e nós temos que trabalhar toda essa questão de mobilidade urbana, de urbanização, a questão habitacional, a questão do saneamento básico, da água potável nas casas, a questão do planejamento urbano das nossas cidades.

Quero dizer que amanhã estaremos discutindo na nossa plenária, no nosso auditório da Sedur. (Palmas) Quero aproveitar aqui, juntamente a Mical, para convidar todos vocês e aqueles que estão dentro desse processo para essa discussão durante todo o dia de amanhã. Estarei, com muito prazer, lá, presente como presidente dos conselhos, como secretário da Sedur, junto a todos vocês, discutindo as problemáticas das cidades, as problemáticas dos nossos municípios, ouvindo realmente cada um de vocês, cada tema que vai ser trazido para esse debate, para essa plenária, para que possamos realmente sair dali movidos pela emoção de transformação que temos que implantar nas nossas cidades, nas nossas comunidades, principalmente essa questão urbana.

Quero dizer da importância que realmente o ConCidades tem dentro da secretaria. Eu, como secretário, quero dizer, Afonso, você que começou, que deu início juntamente ao ex-governador Jaques Wagner, que hoje, quando o ConCidades completa 10 anos, quero me comprometer, no momento em que ainda estiver como secretário ali, à frente dessa pasta e como presidente desse conselho, que estarei dando total apoio, estarei presente em todas as discussões com vocês, para que nós possamos realmente encontrar soluções, encontrar caminhos para o desenvolvimento das nossas cidades.

Quero parabenizar todos que participaram, que participam desse processo, que participam do ConCidades desde a sua criação. Quero aqui parabenizar todos vocês. Quero agradecer a esta Casa, na pessoa da deputada Maria del Carmen, que realmente nos abriu e nos deu essa oportunidade de comemorar esse dia tão importante para o ConCidades, esses 10 anos de criação, aqui nesta Casa Legislativa, você que preside realmente aqui a Comissão de Desenvolvimento Urbano; agradecer a todos os deputados, agradecer aos deputados federais que estiveram aqui presentes, ao nosso ex-governador, e dizer que o governador Rui Costa manda um abraço caloroso a cada um de vocês conselheiros e conselheiras, e dizer que amanhã estaremos novamente juntos durante todo o dia nessa discussão.

Meu abraço, meu muito obrigado a cada um de vocês...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula):- Secretário, vou quebrar o protocolo e pedir a V. Ex.^a, como membro-conselheira – também sou conselheira, sou presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano desta Casa, mas represento no conselho a Assembleia Legislativa –, que seja nosso intercessor junto ao governador

para que ele receba o conselho, já que ainda não aconteceu até este momento. (Palmas)

O Sr. ADEMILTON BARBOSA:- Com certeza. Vamos trabalhar, fazer essa interlocução, esse agendamento, para que ele realmente possa receber. Eu tenho certeza de que é muito importante, é de grande importância, para todos nós, para todos vocês, essa audiência. Vamos trabalhar para conseguirmos essa agenda, na agenda do nosso governador “Correria”. Realmente não é fácil. Ele tem corrido esta Bahia toda de ponta a ponta, esta Bahia, que é grande, que é extensa, mas ele não tem medido esforços de realmente visitar os municípios da Bahia e de levar o desenvolvimento. E não poderia encerrar as minhas palavras sem dizer que nós estamos, hoje, sendo governados por um governador competente, um governador honesto, um governador humilde, um governador sério, um governador que, realmente, está fazendo uma gestão, e nós sabemos que é a melhor gestão do Brasil, nós temos o estado que... hoje temos o prazer e o privilégio de sermos governados pelo melhor governador do país, (palmas) melhor governador do Brasil, que é Rui Costa. E tenho certeza de que ele tem se preocupado, e vai com certeza se preocupar até o último dia do seu governo, com as pessoas que moram nesta Bahia, levando cada vez mais qualidade de vida para as pessoas que moram em todos os municípios do estado da Bahia.

Um abraço a todos vocês, meu muito obrigado a cada um de vocês por esta tarde maravilhosa, comemorativa de aniversário de 10 anos do ConCidades.

Meu abraço e obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula):- Obrigada pelas palavras, secretário.

Registrar a presença de Érica; do Sr. Anísio; de Bia; de Dalva; de Patrícia; de Milton, lá do Costa Azul; de Cláudia; de Patrícia. Agradecer à nossa equipe e de forma especial a Bia e Zé Aloir, que fizeram com que esta sessão acontecesse junto com Micau e com os companheiros, para que ela pudesse acontecer, e com Marli.

Registrar a presença também de Carlos Alves; de Zelito, que é conselheiro, mas também... de Antonísia, já falamos; de Cleide; de Rita Sabadelhe; de Elza; de Roberto, da equipe do nosso gabinete; de Chiquinho, lá do gabinete da vereadora Marta, e dizer que nós estamos dando entrada, essa vai ser uma disputa aqui na Casa, para que a gente tente aprovar, deputado Afonso Florence, para instituir (Lê) “*a ‘Medalha Zezéu Ribeiro’...*” (Palmas.) “*(...) com a finalidade de homenagear pessoa física ou jurídica que se destaque na promoção de ações em benefício do desenvolvimento de cidades mais justas e igualitárias no Estado da Bahia.*”

Para efeito desta Resolução, serão consideradas ações em benefício de cidades mais justas e igualitárias aquelas voltadas à melhoria da qualidade de vida urbana; promoção de direitos humanos e sociais; participação no processo decisório, na elaboração e execução de políticas urbanas sociais; na promoção de

ações coletivas, inclusivas e de interesse social; da ocupação democrática dos espaços; do meio ambiente; das ofertas culturais, recreativas e tecnológicas; e de serviços urbanos que impactem positivamente na melhoria da qualidade de vida da sociedade”.

Esse é o projeto que a gente está apresentando para que a gente possa, ano a ano, escolher no máximo duas pessoas, ela seria votada pelo Plenário da Casa, a decisão seria do Plenário da Casa. As pessoas se apresentariam no início do ano, alguém sugeriria, os deputados sugeririam os nomes até o mês de abril, até o dia 1º... até os primeiros dias do mês de abril, porque o dia 1º pode não ser um dia útil. E teríamos até o final do ano para entregar, aprovar e ser entregue, para que no dia 8 de novembro, no Dia do Urbanista, a gente pudesse fazer essa homenagem e perpetuar o nome do nosso, dessa liderança tão expressiva, que foi Zezéu Ribeiro, na política, na discussão do desenvolvimento urbano. (Palmas)

Vou concluindo agora, efetivamente concluindo, quero agradecer a todos os conselheiros e todas as nossas conselheiras, agradecer aos movimentos sociais, à União, à CMP... são os quatro... sumiu agora... à Conam... estava tentando lembrar da Conam, à Frente de Luta, está faltando uma... o MNLM, agradecer a todos eles pela presença.

Agora vamos todos ouvir o Hino Nacional e encerrar esta sessão.

O companheiro Crispim Carvalho da Hora (palmas), que passou, foi conselheiro também, infelizmente já nos deixou (palmas), registrar, dizer que para mim é com muito orgulho que a gente hoje está aqui neste conselho. Eu, como já disse ali, também faço questão de estar presente nas diversas atividades do conselho e nas reuniões, mas, em virtude da lei eleitoral, pedi licenciamento durante o período eleitoral. Então, nessas próximas reuniões do conselho, eu não vou estar presente, pelo menos não presente oficialmente, mas com certeza podem...poderão, continuarão tendo a minha participação e a participação da Comissão de Desenvolvimento Urbano desta Casa enquanto aqui a gente estiver.

Então, em nome do Poder Legislativo da Bahia, agradeço a presença das autoridades e das senhoras e dos senhores, da imprensa, declaro encerrada a presente sessão. (Palmas)

(Todos gritam: “Lula livre!”)

(Execução do Hino Nacional.) (Palmas)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula):- Ali no saguão, temos a manifestação de Lucy, do seu trabalho, da sua trajetória, queria convidar todos vocês para visitarem esta exposição que a

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.